

**A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADES:  
O CASO DO ASSENTAMENTO 08 DE ABRIL - JARDIM ALEGRE/PR\***

**LA PRODUCCIÓN DEL TERRITORIO/TERRITORIALIDADES: EL CASO DEL  
ASENTAMIENTO 08 DE ABRIL – JARDIM ALEGRE/PR**

**THE TERRITORY/TERRITORIALITY PRODUCTION: THE CASE OF APRIL 8<sup>TH</sup>  
SETTLEMENT – JARDIM ALEGRE/PR**

**Cleiton Costa DENEZ**

Prof. Ms. Colaborador do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).  
Doutorando em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
cleiton.denez@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a produção do território e territorialidades do Assentamento 08 de Abril, a partir do estudo da relação dos atores envolvidos neste espaço. Para tanto, analisou-se a educação, a produção e a organização político-social do assentamento. Para compreender a construção de territorialidades e como elas se produzem e se manifestam no assentamento, utilizou-se da teorização de Raffestin (2009), que trata dos elementos e atores que estão presentes na produção territorial. Este autor trabalha com a “produção de estruturas territoriais e sua representação”. Assim, aplicou-se esta teorização na práxis da construção das territorialidades do Assentamento 08 de Abril. O assentamento se produz através da articulação de sua organização política nos diferentes processos relacionais que ocorrem no seu interior, como produtor das territorialidades, que são os frutos do processo de confrontação e correlação de interesses do Mercado x Estado x MST = Assentamento. Estes processos produzem as territorialidades no interior do assentamento que, em confluência, caracterizam o “08 de Abril” e sua microterritorialidade em relação às outras estruturas territoriais como o MST, o Mercado e o Estado que se caracterizam como macroterritorialidades.

**Palavras-chaves:** Territorialidades, Assentamento, MST, Mercado, Estado.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar la producción del territorio y la territorialidad del Asentamiento 8 de abril, a partir del estudio de la relación de los actores involucrados en este espacio. Por lo tanto, se analizó la educación, la producción y la organización sociopolítico del asentamiento. Para comprender la construcción de la territorialidad y cómo se producen y se manifiestan en el asentamiento, se utilizó la teorización de Raffestin (2009), que trata de los elementos y actores que participan en la producción territorial. Este autor trabaja con la "producción de las estructuras territoriales y su representación". Así, hemos aplicado un poco de esta teorización en la praxis de la construcción de la territorialidad del Asentamiento 8 de abril. El asentamiento se produce a través de la articulación de la organización política en los diferentes procesos relacionales que ocurren en su interior, como productor de la territorialidad, que son los frutos del proceso de confrontación y correlación de intereses del Mercado x Estado X MST = Asentamiento. Estos procesos producen las territorialidades en el interior del asentamiento que, en confluencia, caracterizan el "08 de Abril" y su microterritorialidad en relación a otras estructuras territoriales, como el MST, el Mercado y el Estado que se caracterizan como macroterritorialidades.

**Palabras-clave:** Territorialidades, Asentamiento, MST, Mercado, Estado.

**Abstract:** This paper aims to present the territory and territoriality production and the April 8th Settlement

---

\* Artigo resultante de algumas reflexões realizadas na elaboração da dissertação de mestrado em Geografia intitulada de: A produção e representação de estruturas territoriais: o caso do assentamento 08 de Abril - Jardim Alegre/PR, do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

by examining the relationship of the subjects involved in this venue. For this purpose, it analyzed education, production and socio-political organization in the Settlement. Raffestin's theory (2009) was used in order to understand the construction of territorialities and how they are produced and manifested in the Settlement. Such theory addresses the elements and subjects involved in the territorial production. This author works with the "production of territorial structures and their representation". Therefore, some of this theory was applied in praxis to the construction of the April 8<sup>th</sup> Settlement territorialities. The settlement takes place through the articulation of its political organization in the different relational processes that occur within it. This settlement produces the territorialities, which are the fruits of the process of confrontation and correlation of interests of Market x State x Landless Movement (MST) = Settlement. These processes produce the territorialities within the settlement. Concurrently, they characterize the "April 8th" and its microterritoriality with regard to other territorial structures such as the MST, the Market and the State are depicted as macroterritorialities.

**Keywords:** Territorialities, Settlement, MST, Market, State.

## 1. Introdução

O presente trabalho envolve a temática referente à territorialidade em assentamentos rurais a partir da análise do Assentamento 08 de Abril, em Jardim Alegre – PR (figura 01). O assentamento em questão se territorializou no espaço em que antes havia a Fazenda Corumbataí, também conhecida por populares da região como fazenda “Sete Mil”, por ter uma área de terra com aproximadamente sete mil alqueires paulistas, em 08 de abril de 1996. A fazenda permaneceu ocupada de 1996 até 2004, por um acampamento do MST, até a data de sua aquisição pela União, em que passou a ser um assentamento.

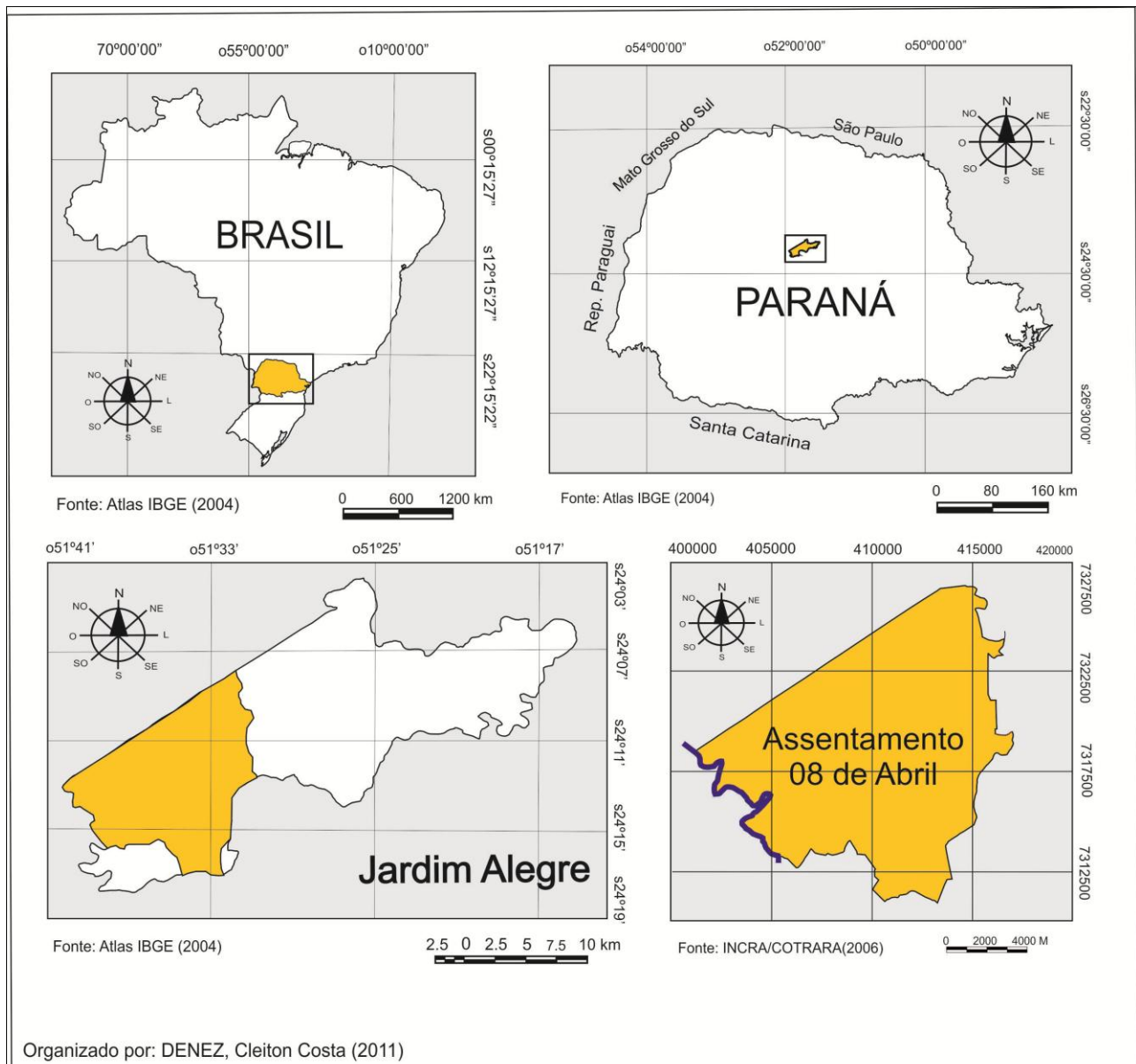


Figura 01: Localização de Jardim Alegre e do Assentamento 08 de Abril.  
 Fonte: IBGE/Organizado por: DENEZ, Cleiton Costa (2011).

Parte-se da hipótese de que a educação, produção e organização político-social do assentamento constituem o meio como ocorrerá a sua materialização na forma de território e territorialidades e vice-versa. As características da educação, produção e organização social são produzidas a partir de uma conjugação de forças e conflitos entre o MST x Estado x Mercado que resulta no assentamento, onde “a flexibilidade conceitual permite tratar de territorialidades como expressão de existência de grupos, em tempos diferentes num mesmo espaço” (CURY, 2011 p. 306). Os atores envolvidos para a construção de territorialidades a partir da teoria de Raffestin (2009) formam um “ambiente social” que se materializa sobre um “ambiente orgânico” e produzem territorialidades e o território em questão. Assim, o assentamento constitui uma territorialidade de resistência em relação às territorialidades das organizações sociais dominantes que atuam de uma

forma macro, controlando o espaço sobre seus interesses, a partir de diferentes instrumentos como a mídia, o governo, o sistema jurídico, as grandes empresas e etc. A partir da territorialidade de resistência frente às territorialidades legitimadoras, há um confronto para predominância de uma forma de produzir e reproduzir o espaço ocupado.

A partir da teoria de Castells (2008), que utiliza o conceito de identidade, adaptamos o conceito de territorialidade que, sobre os acampamentos do MST, constrói-se uma territorialidade de resistência em relação à expansão do capital através do agronegócio, por exemplo. Nos acampamentos e posteriormente nos assentamentos surgem territorialidades de projeto, que atuam sobre o espaço para sua produção, atendendo as necessidades dos grupos de microterritorialidade que resistem às macroterritorialidades atuantes na homogeneização espacial.

Através das microterritorialidades que resistem à homogeneização espacial que ocorre pelo uso do processo de globalização, como exemplo, pode se constituir as territorialidades de projeto. Elas podem se manifestar nos assentamentos, já que existem na prática e podem atuar sobre a produção de uma nova forma de produzir e gerir o território. No 08 de Abril há microterritorialidades que resistem frente à expansão capitalista e do mercado no campo e as formas de repressão da estrutura aparelhada do Estado no seu processo de territorialização e ao mesmo tempo colaboram ou se utilizam da mesma, hora confrontando ou se articulando. Ainda é possível destacar que a mudança com a territorialização tem levado o assentamento a constituir uma territorialidade transformadora ou de projeto a partir da sua organização e estrutura.

Nas observações, no primeiro momento, ao se deslocar para o assentamento e perceber a distância e as dificuldades de acesso, foi possível compreender um pouco do local. Ao visitar os lotes, as moradias e analisar as condições de vida dos assentados, desvendavam-se um pouco das territorialidades presentes. Os trabalhos de campo foram registrados com fotos e anotações. Nas entrevistas gravadas, diálogos informais, tudo que acontecia era uma forma de entender o assentamento. Foram realizadas ao todo 11 entrevistas, com diferentes pessoas que têm relação com o 08 de Abril, sendo três assentados, quatro professoras que lecionam no Colégio Rural Estadual José Martí, três autoridades políticas, sendo o ex-prefeito; a secretária municipal de educação e a vice-prefeita, ambos de Jardim Alegre e, ainda, com um cerealista do município. Houve dialogo, também, com os dirigentes e a análise de informações e dados fornecidos pela equipe técnica do Assentamento como os estudos da Cooperativa de Trabalhadores Rurais Assentados (COTRARA) e de dados da Cooperativa de Comercialização Camponesa do Vale do Ivaí (COCAVI). Através de todos os meio utilizados, procurou-se compreender a dinâmica do Assentamento 08 de Abril e como este se produz sobre o espaço na forma de território e territorialidades.

Com a territorialização, por meio das territorialidades do MST, em confronto com a

estrutura territorial anterior, os acampados tiveram à posse efetiva do território após longo processo de ocupação e conflitos, que acaba legitimado pelo Estado com a compra da propriedade. Nesse processo, desenvolveu-se o confronto às estruturas dominantes do momento, porém, sempre há conflitos internos, que em situações com um objetivo maior são deixados de lado, como o caso da ocupação, que exigia grande coesão do grupo para enfrentar o adversário, por meio de união de esforços.

Em uma escala macro é possível compreender os conflitos das contradições geradas pelo capitalismo: movimentos sociais x estrutura dominante. Por outro lado, é possível analisar os conflitos em uma escala micro por meio das contradições e processos internos do movimento. Parte-se de uma visão macro de análise a partir do MST e sua organização frente ao sistema capitalista e de uma visão micro ao analisar os conflitos presentes no cotidiano, nesse caso, no Assentamento 08 de Abril.

Estes conflitos cotidianos se mostram a partir de territorialidades que são produzidas através das manifestações e diversas relações que ocorre no interior do Assentamento 08 de Abril. Enfocam-se esses conflitos e essa relação por uma fundamentação teórica pautada em um sistema de estruturas e representações territoriais, que explica esses processos de forma macro e micro.

Em um enfoque macroterritorial está o Estado, o MST e o Mercado de uma forma geral. Na perspectiva microterritorial se destaca as relações do interior do Assentamento 08 de Abril que ocorrem a partir das relações sociais, econômicas e políticas que permeiam em seu interior.

O Estado, através das instituições, o aparato repressivo e ainda a ação do capital, pressiona os excluídos do campo, que se organizam em torno do movimento, como o MST, resistindo à dominação de forças macroterritoriais. Cria-se, assim, um campo de confronto e conjugação de forças para sobrevivência. O MST, através da organização política dos processos relacionais, se apresenta como uma territorialidade de resistência e transformadora, com os assentamentos e toda sua estrutura, que redefine o papel de exclusão do sem-terra em nova posição na sociedade e atuando e organizando-se por ultimo de forma macro também.

## **2. A produção de estruturas territoriais**

Cada forma de territorialidade tem um conteúdo e uma identidade que é: “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2008, p. 22). Nesta perspectiva, toda identidade é construída, porém, o principal é entender como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. Tempo e espaço que abrigam diferentes tendências, ações e objetos que são a base para a construção de uma determinada identidade e conseqüentemente territorialidades. A

característica da identidade está na base das ações que ocorrem dentro e fora do território, em um processo que envolve o que entra e o que sai do território, fornecendo os genes que serão determinantes para seu conteúdo.

Cada grupo que constrói sua identidade, assim o faz por interesses econômicos, sociais e políticos que são expressos de uma forma simbólica. Neste ponto, cria-se um sentido, um significado, com o objetivo de se perpetuar as relações e condições que lhe dão forma.

Muscará (2009) retoma o conceito de iconografia de Jean Gottmann, que representa a distinção produtora da compartimentação do espaço através da combinação de elementos religiosos, políticos e sociais.

Na acepção de Jean Gottmann, a iconografia regional identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade da limítrofe em um território denso e diferentemente povoado como o europeu. Isso é produto da história da comunidade e manifesta-se nas tradições locais e na variedade das paisagens culturais e econômicas. A iconografia pode conter uma combinação única de elementos religiosos, políticos e sociais que são estratificados no decorrer do tempo e a história da Europa mostra isso claramente (MUSCARÁ, 2009, p. 39-40).

Assim, como a iconografia de Jean Gottmann, a construção da identidade está pautada nas relações de poder e, portando, cria-se territorialidade a partir da matéria que dá base para a sua existência, havendo territorialidade de diferentes naturezas, que podem se inter-relacionar ou se contrapor. A inter-relação ou a contraposição ocorre a partir do que está em jogo.

“Hábitos, modos de vida, tradições de uma comunidade podem ser conservadas por gerações também depois de migrações para um novo território” (MUSCARÁ, 2009, p. 40/41). Hábitos e costumes dão forma à iconografia que representava a diferenciação de áreas e assim, supostamente, uma identidade ou até mesmo territorialidades. Apropria-se do conceito de iconografia por ter a mesma conotação que o conceito de territorialidade. O conceito utilizado por Gottmann buscava explicar a resistência de grupos, por meio de homogeneidade de um agrupamento sobre o espaço, que se dava através da combinação de elementos culturais, econômicos e políticos de uma dada sociedade. Esta homogeneidade, explicada por meio do conceito de iconografia, poderia demonstrar a resistência de determinados grupos em relação aos outros. Assim, “ocorre que a resistência oposta pelas civilizações asiáticas à penetração europeia, lembrada por E. F. Gautier<sup>†</sup>, manifesta-se na presença de fortes iconografias locais” (MUSCARÁ, 2009, p. 41).

“Assim quando uma comunidade sente-se ameaçada com excessivas mudanças, ela

---

<sup>†</sup> E. F. Gautier, 1931, *Moeurs et Coutumes des Muslmans*, Paris, Payot. (apud MUSCARÁ, 2009).

pode opor resistência apelando para a própria iconografia, que não somente age na identidade reforçando a coesão interna, mas protege a comunidade também no plano espacial” (MUSCARÁ, 2009, p.43). A iconografia sustentava a coesão interna de determinada comunidade e ainda a protegia. Coesão e proteção que se construam por meio das relações econômicas, políticas e culturais que davam homogeneidade e sentimento de pertença a uma determinada comunidade.

Em analogia a Castells (2008), ao abordar diferentes formas de origens em construção de identidade, pode-se definir diferentes formas de origens e construções de territorialidades. Para Castells (2008) existem:

**Identities legitimadoras:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo. **Identidade de resistência:** Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas, pela lógica da dominação, construído assim, trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõem Calhoun ao explicar o surgimento da política da identidade. **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24, grifo nosso.).

Da mesma forma que Castells (2008) podemos classificar uma **territorialidade legitimadora**, ou **macroterritorialidade**, **territorialidade de resistência** ou **microterritorialidade** e a **territorialidade de projeto**. A macroterritorialidade pode ser representada pela estrutura territorial que exerce poder de forma macro, como as instituições tradicionais, Estado e empresas transnacionais, as estruturas dominantes e conservadoras e que atuam em escala macro. Já as microterritorialidades se expressam em grupos que confrontam a autoridade e dominação, caracterizados por possíveis grupos excluídos que constroem uma identidade em torno de suas necessidades, ou grupos que possuem uma área de atuação que está em processo de expansão, confrontando territorialidades maiores ou resistindo à expansão sobre suas áreas de existência e atuação. Assim como os movimentos sociais que constroem uma identidade de grupo que se espacializa nos acampamentos como uma forma de resistência da expansão capitalista no campo.

Pode ser mencionado, a partir desta abordagem, o MST, como uma microterritorialidade que atua na organização dos sem-terras. A microterritorialidade do MST resiste à expansão do capital no campo, que atua de forma macroterritorial, como no caso do agronegócio e o Estado, que regulamentam e organizam a ocupação do campo de acordo com seus interesses.

O assentado isoladamente atua de forma microterritorial para sua reprodução, porém, a

partir de sua atuação na identidade sem-terra, por meio da organização do MST, pode atuar de forma macroterritorial no espaço. O MST, com suas conhecidas formas de resistência, cria a possibilidade de enfrentamento da expansão macroterritorial voraz do capital sobre o campo, em detrimento da pequena agricultura. Desta forma, as microterritorialidades e macroterritorialidades normalmente são simultâneas.

O indivíduo incorpora a identidade que trará benefícios para si, identificando-se com o grupo que melhor expressa suas necessidades. Para Castells (2008), identidades que começam como resistência, podem acabar resultando em de projetos ou mesmo tornando-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se, assim, em identidades legitimadoras. Os vários movimentos que agiam de forma isolada atuavam de forma microterritorial, sendo assim localizadas. Com a criação do MST houve um agrupamento de forças e uma atuação homogeneizadora e macroterritorial sob a “bandeira” do MST.

Nos assentamentos há microterritorialidades formadas em meio diversas variantes, que contribuem para a sua forma e conteúdo. Uma destas variantes é a ação do MST que atua de forma macro sobre todos os assentamentos e que organiza as ocupações, estando presente a partir dos próprios assentados, que se reconhecem como sem-terra. Assim, os assentamentos do MST têm algo em comum que é o “ambiente social”, Raffestin (2009), que foi produzido por meio da intervenção do MST, com a formação de base e organização político-social que se reproduz, em grande parte, dos assentamentos quase da mesma forma. Esta organização se dá em forma de núcleos de base e em brigadas que partem do interior do assentamento à escala nacional, permitindo uma estrutura em rede do MST e uma atuação macroterritorial em quase todo território brasileiro.

O exercício do poder está na construção de uma territorialidade que se cria no dia-a-dia, com representações ou instituições que atuam de forma simbólica e abstrata ou concreta. Nunca haverá uma territorialidade única e hegemônica, assim como pregam a desconstrução dos territórios pela globalização. Diversas situações demonstram que a globalização carrega consigo um caráter político, econômico e cultural sendo pela sua forma macro uma territorialidade legitimadora ou uma macroterritorialidade, porém, são notórias as diversas territorialidades que resistem a este processo que tentam atuar de forma hegemônica. Neste ponto, há um processo constante de construção e desconstrução de territorialidades.

O território é conceito base para nossa abordagem. Assim, suas variantes fazem parte da compreensão da realidade que é apresentada a partir de territorialidades, que se moldam através das diversas relações que ocorrem de forma interna na combinação de uma homogeneidade, que também leva a diferenciação de outras formas. Os assentamentos se produzem por meio de territorialidades que levam a sua territorialização e se reproduzem como assentamento que vão se



moldando, a partir da correlação das variantes sociais e atores que se fazem presentes nos assentamentos. Uma destas variantes e atores que produzem esta territorialidade do assentamento é o MST, movimento social que tem se transformado ao longo tempo em uma organização social pela complexidade de suas relações pode ser também citado outros atores como o Estado e o Mercado.

Com a estruturação do acampamento e com a posse da terra pelos acampados, constituindo o assentamento, o sem-terra passou a carregar consigo a história e a marca de um grupo que compartilha diferentes experiências. Em Saquet (2009), o território é resultado das territorialidades efetivadas pelo homem e, nesse aspecto, as territorialidades do MST que organizaram a ocupação da Fazenda “Sete Mil” construíram um território. A territorialização é realizada a partir das territorialidades que são sobrepostas a este espaço. O espaço físico ocupado pelo assentamento é o mesmo que era ocupado pela fazenda. Então, o que há de diferente nesse espaço delimitado? Há, justamente, uma nova territorialização/territorialidades sobre o mesmo. A partir dessa territorialização os assentados trouxeram consigo uma nova dinâmica territorial, tanto dentro como fora deste espaço delimitado.

Saquet (2009), a partir das reflexões de Dematteis (1997), destaca que no território há relações internas e externas, assim, o assentamento está ligado a outros assentamentos por meio do MST, como está ligado a acampamentos e a cidades vizinhas que mantêm relações com as famílias que o compõe.

As relações construíram a delimitação sobre o espaço ocupado pelo assentamento, sendo relações internas e externas, em um campo de força social, econômico e político. Saquet (2009) lembra que a territorialização se constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades que se apresentam multidimensionais, plurais e estão em unidades.

Territorialidade, porque o assentamento, ao reunir os vários processos e campos de força do seu interior, reflete a sua homogeneidade e, por hora, a sua descontinuidade também. Saquet (2009) lembra que a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significando movimento histórico e relacional. Ao longo do tempo, as formas e os conteúdos do 08 de Abril foram se construindo a partir das relações efetivadas nesse espaço.

A partir das desigualdades e diferenças, pode-se trazer para o debate as territorialidades do assentamento, demonstrar como elas se constroem por meio dos campos de força que as integram e interagem. Saquet (2009) destaca que este processo é multidimensional e pode ser detalhado através das desigualdades e das diferenças, sendo unitária por meio das identidades. Os campos de força podem ser notados nos diferentes processos relacionais, como educação, organização política e na forma de produção do alimento e produtos para o mercado, bem como nas configurações que empregam no espaço apropriado.

Raffestin (2009) trabalha com a representação das estruturas territoriais e seu esforço está em criar um sistema que demonstre como a estrutura territorial se molda sobre o espaço, influenciando e sendo influenciada. O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, em uma paisagem.

Para Raffestin (2009), o homem constrói o espaço sobre o ambiente físico. Antes, Raffestin (1993) já mencionava o território como algo construído sobre o espaço. Nesse sentido, o território não é o espaço e sim uma construção humana sobre ele. O território importa relações de posse de uma parte do espaço e a partir de então se tem a sua fragmentação em vários territórios e de diferentes naturezas. O “espaço é anterior ao território e se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 113). Ainda destaca que: “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 114). Após a aplicação do trabalho e das ações humanas sobre o ambiente ter-se-á uma paisagem elaborada por intermédio deste processo. No assentamento pode ser aplicada esta abordagem teórica metodológica, sendo que anteriormente havia um ambiente e com o trabalho dos assentados sobre os lotes houve uma nova configuração da paisagem. O autor propõe uma abordagem para explicar as transformações que ocorrem no processo de territorialização, mostrando os mecanismos e seus efeitos nas morfologias espaciais e territoriais:

**A: ator (individual ou coletivo, homem ou coletividade) que combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico e/ou orgânico e/ou social.**

Nesse nível de generalização não é necessário distinguir precisamente os diversos tipos de atores. É fundamental precisar que esta categoria deverá ser identificada com maior detalhe em um processo de produção territorial peculiar.

**L<sup>‡</sup>: trabalho à disposição do ator. O trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação.**

A quantidade variável de energia e informação determina os tipos de trabalho (de produção ou invenção). No decorrer da história, a segunda sempre foi mais significativa que a primeira.

**M: mediadores materiais, instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator.**

São todos os instrumentos de trabalho que estão à disposição em um lugar e em um momento específico. Podem existir mediadores que não são contemporâneos uns dos outros.

**P: programa do ator. O programa é o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas.**

Por exemplo, produzir um ecossistema rural ou urbano constitui um programa geral.

**R: relação efetivada pelo ator com o ambiente geral**

---

<sup>‡</sup> A letra “L” representa a palavra “lavoro” que na língua italiana significa trabalho (nota do tradutor).

A relação é composta por uma grande variedade de ações particulares realizadas com o objetivo de atingir uma meta precisa.

**Sn: ambiente orgânico e/ou inorgânico.**

De acordo com a visão ecológica, o orgânico é assimilável ao conceito de biocenose e o inorgânico ao de abiótico; a noção de escala deve ser explicitada em cada contexto.

**So: Ambiente social.**

Todos os subsistemas sociais, da economia à política e à cultura estão entre os elementos do ambiente social.

**S: ambiente geral (Sn + So)**

**T: território produzido pelo ator no ambiente.**

**Ta: conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território e territorialidade.** (RAFFESTIN, 2009, p. 27/28)

As variáveis de Raffestin (2009), para um sistema territorial, devem ser relacionadas entre si. Este sistema será aplicado para compreensão do Assentamento 08 de Abril. Antes, porém, faz-se necessário aprofundar um pouco mais sobre o raciocínio de Raffestin:

As características mínimas que o ator deve possuir são fornecidas pelas variáveis **L**, **M**, **P** que constituem a tríade fundamental dos meios de intervenção no ambiente geral. Esta, projetada através de uma relação **R** do ator **A** no ambiente geral **S**, contribui para produzir um território **T**, no qual se estabelece uma territorialidade **Ta**, isto é, um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade. Isso pode ser representado pela relação **T/Ta**. **T** é a parte material e **Ta**, a parte imaterial (RAFFESTIN, 2009, p. 28).

Para aplicar a regra ao assentamento foram utilizadas de variáveis da seguinte forma: **L**, **M** e **P** são as principais intervenções sobre o espaço. **L** é o trabalho aplicado sobre o assentamento, a produção, o plantio, a colheita etc. A construção de casas, a divisão dos lotes, abertura e adequação de estradas, processo de educação institucional e a organização política, são exemplos do trabalho que está à disposição dos atores.

A variante **M** são os maquinários ou instrumentos utilizados para a produção. Em alguns casos podem ser tratores, colheitadeiras e outros implementos mais rudimentares como o arado. Podem ser citados, ainda, os instrumentos que estão a serviço do assentamento, como maquinários da prefeitura, a estrutura para água, saneamento básico e energia elétrica. Para **P**, pode-se mencionar a intenção dos assentados que envolve a produção nos lotes e como cada família planeja sua subsistência e, ainda, como estas famílias em conjunto, produzem o espaço do assentamento. **L**, **M**, **P** (trabalho, materiais, programa) com a ação de **A** (ator, no caso os assentados, o poder público e o mercado) e com a **R** (relação) sobre o **S** (ambiente geral - assentamento) dará a forma do **T** (território) e da **Ta** (territorialidade) do assentamento. Raffestin (2009) representa **T** como a parte física: o território, e **Ta** é a parte imaterial: a territorialidade. Abaixo a fórmula descritiva de

Raffestin (2009) para o sistema territorial proposto.

$$\begin{array}{ccccccc} A(L-M-P) & \text{-----} & R & \text{-----} & S & (S_n/S_o) & = T/T_a \\ & & & & \text{II} & & \text{III} \\ & & \text{I} & & & & \end{array}$$

Abordagem teórica metodológica de Raffestin para o sistema territorial

Fonte: (RAFFESTIN, 2009, p.28)

A primeira parte da fórmula resume, de modo muito geral, a **antropologia (I)**, enquanto a parte central resume a **eco-lógica, a bio-lógica e a lógica cultural cristalizada (II)**. A última parte **(III)** corresponde às relações e interações entre as três lógicas e constitui o resultado do entrelaçamento entre território e territorialidade (RAFFESTIN, 2009, p.29).

No sistema de Raffestin (2009) está explícito que a ação do homem sobre o ambiente produz território e territorialidades. No assentamento, estas variantes podem ser utilizadas para análise da produção do território e de territorialidades pela fórmula geral **antropológica (I)**, a partir das relações culturais, sociais, políticas e econômicas, **eco-lógica, a bio-lógica e a lógica cultural cristalizada (II)**, por meio do espaço que foi apropriado, as condições físicas do assentamento, rios, solo, área... Com a interação de I e II há o **território e a territorialidade (III)** como resultado.

As variantes para a produção de territorialidade se expressam de várias formas no assentamento. Isso ocorre desde o cartaz vermelho que está na secretaria do assentamento, no qual está impressa a imagem de Zumbi dos Palmares, até mesmo na placa que indica que “aqui” começa um assentamento do MST, o Assentamento 08 de Abril, ou então a brigada Zumbi dos Palmares. A territorialidade está presente no salão de reuniões, repleto de imagens que são símbolos da resistência utilizados pelo MST, ficando evidente a influência que a organização do MST tem sobre o ambiente dos assentados com os elementos territoriais citados.

Essas representações fazem parte do imaginário do MST e se materializam no assentamento, assim como o lote, que é um termo do Estado, e também, da mesma forma, as peculiaridades de cada assentado, que traz consigo uma forma de ser. Os conjuntos das variantes antropológicas que, oriundas do MST, do Estado, do Mercado e dos indivíduos assentados são responsáveis pelas territorialidades que se relacionam para a produção do território do Assentamento 08 de Abril.

Para uma melhor compreensão da produção do território do assentamento, serão analisadas

algumas atividades que fazem parte do acontecer diário. Nesse sentido, é necessário conhecer um pouco sobre os assentados na sua trajetória e modo de ser, diante da organização política do assentamento e, ainda, suas perspectivas para o futuro, para entender a sua ação na produção de territorialidades. Por meio da análise da educação institucional no assentamento é possível compreender a relação que os assentados têm com quem vem de fora e a perspectiva de formação para jovens, que é realizada e se inter-relaciona com o papel dos assentados do MST e do Estado, o que dá forma a um processo de ensino peculiar em sua aplicação. E ainda há a presença do Estado, como já mencionado, no acontecer do assentamento: a escola é mantida pelo Estado, pelo município, assim como, os atendimentos básicos à população e, neste sentido, o assentamento se produz em um processo relacional dos atores envolvidos.

Raffestin (2009) afirma que os territórios e territorialidades são produzidos a partir da combinação de vários elementos e atores, que estão à disposição do sistema. Em cada situação há elementos e atores específicos. Para o assentamento, faz-se necessário entender estes elementos e atores. “Os territórios **T/Ta** são produzidos pela combinação de elementos apreendidos pelos atores nos diversos sistemas que estão a sua disposição” (RAFFESTIN, 2009, p.30).

A abordagem de Raffestin (2009), aplicada sobre o assentamento, tem como atores o **Mercado x MST x Estado**, que por meio do trabalho (**L**), mediadores (**M**) e ação (**P**) agem com uma ação que é cristalizada sobre o espaço (**R**), ocorrendo sobre o ambiente (**S**) do assentamento e assim, produzindo o território e as territorialidades (**T/Ta**). Ainda na fórmula, em primeiro plano, destacam-se as relações **antro-pológica (I)**, **eco-lógica, bio-lógica e a lógica cultural cristalizada (II)**, com a interação de I e II o **território e a territorialidade (III)**. Elementos que podem ser compreendidos por meio do esquema produzido a partir da abordagem de Raffestin (2009) para o sistema territorial (figura 02).

Para análise da ação dos atores mencionados no esquema, a discussão se pautou no processo relacional que ocorre nas escolas do Assentamento 08 de Abril, na produção e na estrutura política. Destacam-se estes três elementos no interior do 08 de Abril, por entender como organizações e estruturas mais dinâmicas e por funcionarem a partir da correlação da ação dos atores produtores do território e territorialidade.

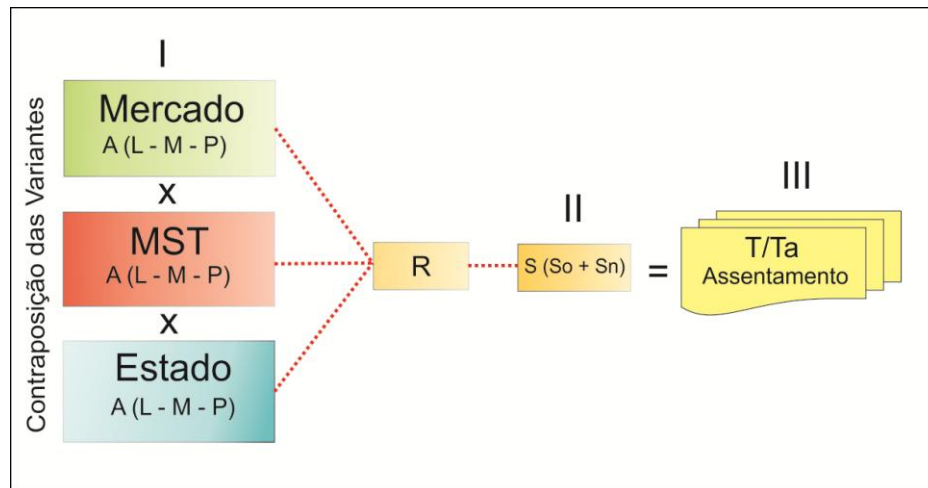


Figura 02: Sistema Territorial proposto por Raffestin (2009) aplicado sobre o Assentamento 08 de Abril. Organizado por: DENEZ, Cleiton Costa (2011).

Assim, o assentamento 08 de Abril seria resultado da lógica cristalizada destes atores por meio das estruturas mencionadas.

## 2.1 Processo relacional nas escolas do 08 de Abril

Para o desenvolvimento da discussão em torno da educação institucional do assentamento, foram realizadas entrevistas com dirigentes do assentamento e professores do Colégio Rural Estadual José Martí e com a Secretária Municipal de Educação. A educação escolar está presente em todos os segmentos da sociedade e é considerada importante para todos. Para os assentados é essencial que seus filhos tenham acesso a esta formação e que esta seja utilizada como uma forma de emancipação diante das desigualdades sociais.

Uma educação pública, gratuita e de qualidade é o que uma correlação de forças tem tentado constituir no Assentamento 08 de Abril. São atores deste processo os assentados, os alunos e pais de alunos. O Estado é representado pelo poder público municipal que mantém a Escola Municipal José Clarismundo Filho<sup>§</sup> e pelo Governo do Estado do Paraná que mantém a Colégio Rural Estadual José Martí<sup>\*\*</sup>. Esta estrutura ainda é representada pelos professores e funcionários que estão presentes nas escolas, cuja maioria vem de fora do assentamento. Além dos assentados e do poder público, destaca-se a ação do MST na gestão das escolas do assentamento, representada pelos dirigentes e pelo setor de educação do assentamento, presentes nas decisões das escolas e também no processo de ensino aprendizagem.

<sup>§</sup> Nome em referência ao primeiro prefeito de Jardim Alegre, José Clarismundo Filho. Escola já existente na fazenda antes do assentamento.

<sup>\*\*</sup> Pensador, filósofo e político símbolo da resistência e independência cubana. O nome da escola estadual foi escolhido pelos dirigentes do assentamento. Por meio da escola é possível notar o contraste entre o Estado e os dirigentes do assentamento.

Assim ocorre no Assentamento 08 de Abril a organização política que influencia as escolas públicas de seu interior. No período do acampamento, quando os sem-terra estavam no retiro do Xaxim, as crianças frequentavam a escola de Godoy Moreira. Esse processo, segundo os assentados, aconteceu de maneira conturbada pelos conflitos e pelas condições precárias de um acampamento. Quando foi tomada a sede da fazenda começou a ser utilizado um galpão de maquinários como escola, que é utilizado até hoje.

Segundo a Cooperativa de Trabalhadores Rurais Assentados (COTRARA) (2006), desde 1997, funciona dentro da área do assentamento a Escola Rural Municipal José Clarismundo Filho, conquistada pelas famílias acampadas, por meio de várias discussões com a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre. A Escola José Clarismundo Filho, conforme Martins (2004), era chamada pelos assentados de Escola Iraci Salette Strozake (professora do MST *in memoriam*), ficou denominada de José Clarismundo pela situação burocrática, pois a escola já existia legalmente na propriedade de Flávio Pinho de Almeida<sup>††</sup>, atendendo os filhos de seus funcionários. O Colégio Rural Estadual José Martí foi criado através das reivindicações dos assentados com o apoio da prefeitura de Jardim Alegre, junto ao Governo do Estado. A escola conta com 358 alunos no ensino fundamental e 180 no ensino médio, sendo inclusive, 11 turmas de Educação de Jovens e Adultos, e 29 educadores<sup>‡‡</sup>.

No início do funcionamento da escola estadual as famílias ainda estavam acampadas próximas à sede da fazenda e havia por parte dos assentados muito receio em torno de pessoas de fora do movimento. Por uma questão de segurança, os assentados controlavam a entrada e saída das pessoas, por medo de alguma estratégia que pudesse colocar em risco a integridade dos assentados.

Ao entrevistar alguns professores foram constatadas duas linhas de docentes: os que se identificam com o movimento e a organização social do assentamento, e outros que não. A professora S.Y (2011) diz não se identificar com a escola do assentamento: “*na realidade eu não sou muito fã do assentamento não*”, e que a escola deve funcionar sem a interferência da coordenação. Já a professora Gaffo (2011) defende uma maior abertura da escola à comunidade e à participação da coordenação nas decisões. Ela diz se identificar com o movimento e destaca que “*realmente nessa escola só ficam os professores que se identificam, os mais elitizados acabam saindo*”. Para a professora Gaffo (2011) os professores não se identificam com o assentamento por não haver uma orientação ou uma compreensão sobre a luta pela terra e a proposta do MST em relação à educação.

A professora S. L. (2011) destacou que não concorda com os métodos do MST, porém, avalia a presença do assentamento como positiva para Jardim Alegre e região. A professora S. F.

---

<sup>††</sup> Antigo proprietário da Fazenda Corumbataí.

<sup>‡‡</sup> Dados fornecidos pela Diretora Auxiliar Rose Gaffo do Colégio Estadual Rural José Martí referente ao ano de 2010.

(2011) destaca que, “para mim é muito bom porque se não fosse a presença deles eu não estaria trabalhando. Lá nas escolas trabalham mais de cinquenta funcionários”. A professora S. F. (2011) conheceu um pouco do MST na Universidade no curso de Geografia e não tem preconceito em relação ao movimento, pela sua formação universitária que e avalia como positiva a presença do assentamento em Jardim Alegre.

Entre as quatro professoras entrevistadas, a partir da forma de se expressar e pelos relatos do dia-a-dia de trabalho de cada uma no assentamento há quatro visões diferentes sobre a escola do assentamento. Duas professoras fizeram um discurso mais alinhado com o assentamento, uma de forma intensa e outra de forma branda. As outras duas demonstraram não concordar com a ideologia do MST e com a atuação de setores e dirigentes na escola do assentamento e da mesma forma, uma foi mais conservadora, contrária aos métodos e atuação dos dirigentes do assentamento e a outra adotou um discurso contrário, porém, de forma atenuada.

Nesse aspecto, há uma multiplicidade de pensamentos dos professores em relação à escola, juntamente com a participação direta dos assentados nas decisões e até mesmo na administração da escola, o que acarreta em seu processo de democratização. Assim, a organização escolar do 08 de Abril é um exemplo da práxis da gestão democrática. Muito se tem discutido em relação à gestão democrática da escola na qual organismos internacionais têm elaborado uma teorização que sustenta os objetivos do capital com aparência de gestão democrática. Agências mediadoras no processo de reprodução do capital, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) agem como “intelectuais orgânicos” do capital, provendo ações e estratégias eficazes para a consecução de seus objetivos (MARTINS, 2004, p. 30). Esses organismos se utilizam de sua estrutura e um discurso de valorização e democratização da escola pública para sustentar seus interesses.

O discurso engajado destes organismos em torno da gestão democrática da escola tem sido mascarado. Segundo Martins (2004) esse processo tem levado a submissão da gestão da escola à lógica empresarial. No Assentamento 08 de Abril o processo de democratização ocorre por orientação das diretrizes do MST, pois os assentados participam ativamente das discussões e da gestão da escola. Mesmo a escola sendo um aparelho ideológico do Estado, no assentamento, também há expressão dos assentados e do MST, se apresentando como uma territorialidade.

Por meio das entrevistas realizadas com os professores foi possível observar dois grupos na escola estadual do assentamento: um grupo alinhado com os ideais de organização do MST e que defende a participação dos assentados e da coordenação na gestão e outro grupo que é contrário a esta posição, acreditando que a escola caminharia melhor sem a participação ou interferência da coordenação.

A professora Gaffo (2011) é favorável à participação da coordenação nas decisões da



escola. Ela se vê como parte do assentamento por se reconhecer com a postura de grupos de esquerda e movimentos sociais. Ela conta que nasceu e se criou no campo e sempre com muita dificuldade, destacando sua identificação com o espaço rural. “Fiz curso de história e tive a oportunidade de conhecer tantas irregularidades que ocorreram no Estado do Paraná e essas questões me instigaram a compreender os movimentos sociais”.

Há discursos mais pragmáticos, como da professora S.Y (2011) que afirma serem poucos os que se reconhecem no assentamento e que a maioria só leciona no local pela necessidade, devido às condições de acesso e das instalações da escola: “eu acho as condições muito precárias”.

Há esforços por parte da organização do Assentamento 08 de Abril para se construir uma escola de forma coletiva a partir da participação da comunidade, juntamente com os professores e funcionários da escola. Neste sentido, ao mesmo tempo em que uma parte do corpo docente se sente acuada, pela presença da coordenação, sente-se amparada em algumas medidas também. Essas medidas se manifestam, principalmente, com a atuação da coordenação para o controle da indisciplina e da evasão escolar. Segundo relato dos professores

“No que diz respeito ao interior da prática pedagógica pode ser apontada, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na prática das escolas, pouca compreensão da proposta do MST para a educação, por parte dos professores” (MARTINS, 2004, p.102). Parte dos professores não compreende o diferencial que há em escolas de assentamento e tampouco o processo de gestão democrática que se sustenta na autogestão da escola, a partir da comunidade escolar que não está apenas nos professores e funcionários.

A Secretária Municipal de Educação comentou que os assentados estão sempre presentes na escola e a comunidade escolar é muito participativa. Ela avalia esta participação pela organização do MST, que moldou a formação política de participação coletiva. “Eles vão para a escola, acompanham o que está acontecendo, dão sustentação e agem. Os pais estão sempre por ali. Eles aprenderam a viver no coletivo” (PAVAN, 2011).

No assentamento sempre há reuniões da coordenação e dos núcleos de base e assim, na escola, também há reuniões da direção com pais de alunos. “Os pais se reúnem sempre com a direção, ajudam bastante, propõem projetos, ajudam a organizar as atividades (S. L., 2011). A professora S. Y. também falou sobre as reuniões, salientando que “existe ali sempre uma reunião, que chamam de controle interno, com os pais de alunos para levantar os pontos negativos e positivos” (S. Y., 2011). Esse processo de participação que ocorre nas escolas do 08 de Abril contribui para a formação institucional para uma escola pública e de qualidade e também para a formação social dos alunos. “Enquanto movimento social, o caráter educativo desse movimento cumpre dupla função educativa, a institucional, enquanto agência escolar e a não-formal, enquanto

agência educativa política e social” (MARTINS, 2004, p.45). Como em Martins (2004), pode-se dizer que os assentados do 08 de Abril tem feito a “ocupação” da escola.

Ocupar a escola significa exercer a autonomia/autogestão da mesma. Implica efetivar mesmo que a contragosto dos representantes do poder público, práticas escolares condizentes com as especificidades da realidade comunitária, de acordo com as vontades desta, e não de outrem (MARTINS, 2004, p. 77/78).

Para Martins (2004), a ocupação da escola se faz com a autogestão promovida pela comunidade escolar. Nesse caso, os assentados, que são os pais dos alunos. É importante lembrar que a autogestão tem o princípio de promoção do ser humano e gestão democrática e que não se constitui como uma finalidade, mas, como um processo permanente.

Ao “ocupar” a escola, esta recebe os princípios que se construíram a partir da formação de base que os assentados receberam através do MST, pela convivência nos acampamentos e no próprio assentamento. Estes princípios norteadores do MST no 08 de Abril contribuíram para as suas territorialidades, assim como o acontecer da escola é influenciado e influencia a construção da do assentamento e suas territorialidades.

Para Martins (2004), os discentes devem ser vistos como sujeitos e, assim, a comunidade escolar buscou esforços para que a comunidade faça efetivamente parte da escola. Em relação a outras escolas, a partir do depoimento de professores e autoridades das instituições escolares, as escolas do assentamento estão à frente de outras no que se refere à participação da comunidade. Assim, as escolas do assentamento podem ser caracterizadas como escolas que possuem uma construção de autogestão que envolve a comunidade escolar. Estas características são territorialidades do 08 de Abril que se fazem a partir dos assentados, das diretrizes do MST e do poder público.

## **2.2 O processo relacional econômico no 08 de Abril**

O assentamento é um espaço político, símbolo de resistência e materialização da luta pela reforma agrária. A produção significa a busca da subsistência e de uma vida melhor. Nessa perspectiva, entra em questão a viabilidade econômica do assentamento em torno de sua organização produtiva, juntamente com as contradições da organização política, pautadas nas diretrizes do MST.

O modelo produtivo agrário brasileiro é construído por meio de correntes ideológicas,

predominando a política econômica neoliberal. No assentamento há uma correlação de forças entre o modelo predominante e o modelo produtivo do MST, que oferece os contornos de suas territorialidades. Isso porque estas territorialidades são produzidas a partir de vários elementos que convergem no assentamento com um ambiente social variado, fruto do contexto histórico que possibilita a materialização das formas de produção e subsistência dos assentados.

É necessário levantar alguns dados materiais sobre o assentamento para compreender-se as possibilidades de produção em torno do espaço conquistado, por meio da luta empreendida por estas famílias. O momento de luta para a conquista da terra possibilitou uma forma de organização pautada em uma política coletiva. Com a organização para a produção de mercado se desenvolve o individualismo entre as famílias e a desigualdade social, por ser subordinada ao modelo capitalista.

Segundo dados da COTRARA (2006), dos 13.788,88 hectares, apenas 7.661,60 são solos agricultáveis, correspondendo a 55,56% do total do Assentamento e, ainda, mais 3.525,94 hectares que não são adequados a lavouras anuais, mas, podem ser utilizados para cultivo de lavouras perenes.

O que é necessário entender é que através da correlação de forças que produz as territorialidades presentes no 08 de Abril, o que se almeja pelo MST e a ações que o mercado emprega neste território produzem diferentes elementos resultantes de ambas as ações.

Dentro desta variedade de uso das terras elaborado pela COTRARA (2006) e ainda pelos diferentes condicionantes, os lotes foram divididos em torno de 15 hectares cada um. Ainda segundo a COTRARA (2006), as limitações à mecanização agrícola são claras em grande quantidade da área destinada aos lotes, o que exigira a instauração de outros sistemas de produção não centrados na produção de grãos. Os condicionantes físicos para a produção já representam a realidade que os assentados precisam encarar para produzir e sobreviver em meio ao modelo de produção capitalista.

O assentamento tem o objetivo de produzir de forma que estabeleça um contraponto ao agronegócio, privilegiando a pequena agricultura e a diversificação da produção para subsistência das famílias camponesas. A COTRARA (2006) entende que é preciso avançar na implementação do Projeto de “Agricultura Camponesa”. A COTRARA juntamente com o MST em seus assentamentos tem utilizado o termo camponês para se referir aos assentados e ao modelo de agricultura desejado pelo Movimento. Da mesma forma que há uma diversidade na forma de compreender o termo camponês, há diferentes formas de produção e finalidade no seio do 08 de Abril.

Dentro do próprio MST há uma correlação e contraposição de forças, esta que ocorre a partir do que vem de fora do 08 de Abril, como o enfrentamento que se fazia ao latifúndio, com as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização e a política neoliberal, o agronegócio se torna

o principal alvo de enftretamento. Através da Via Campesina as estratégias de enftretamento também se globalizam. Desta forma, o MST, ao mesmo tempo em se integra ao mercado, como no caso da criação de cooperativas que tem sua formação coletiva, o seu objetivo também é de comercialização do que é produzido no assentamento, o que propicia melhores preços aos produtos e, assim, melhores condições e qualidade de vida para os assentados.

É necessário analisar um pouco das ações que ocorrem no 08 de Abril e os resultados destas ações que são produtoras do território e territorialidades. O assentado V. B. (2010) comentou que em seu lote a preferência é para a diversificação e que não trabalha com a monocultura, até porque há direcionamento por parte do MST para produzir principalmente o que é para alimentação.

V. B. (2010) relata que a última cultura que quer trabalhar é a soja, porque requer uma grande quantidade de agrotóxicos e, no caso dele, quanto menos utilizar, melhor. Também ressalta que esse modelo é melhor para a grande propriedade e exige maquinários que ele não possui. No estudo da COTRARA (2006), uma das metas para a produção do assentamento é realizar o fortalecimento da agricultura “camponesa/familiar” como fração geradora de trabalho e renda. De acordo com o INCRA, a agricultura praticada no Assentamento se faz a partir da diversificação para a subsistência e para complementação da renda e, a partir disso, ocorre à reprodução das famílias assentadas.

A maior parte da produção é feita de forma individual. J. M. (2010) comentou que o lote é de uso-fruto, não é propriedade dos assentados e que eles não podem vender. Nos lotes houve um distanciamento físico entre os assentados e os dirigentes. Houve ainda uma individualização na produção que está voltada à manutenção das famílias a partir da produção para o mercado e acumulação. Cada lote apresenta uma forma diferente de ser organizado para garantir a subsistência da família assentada.

Há diferentes graus de desenvolvimento dos lotes. Há lotes com uma maior produção e que estão mais adequadas às necessidades da exigência do mercado. É necessário considerar a questão do desenvolvimento econômico e social neste aspecto. A sociedade coloca como padrão um modelo de desenvolvimento pautado na acumulação, e se torna um tanto quando difícil pensar em qualidade de vida sem estes padrões. No assentamento, assim como a sociedade em geral há diferenças de acumulação, produção e desenvolvimento para cada assentado. J. M. (2010) comenta sobre esta situação: “alguns já desenvolveram mais, já conseguiram alguma coisa. Agora tem gente que ganhou o lote, esta no lote, mas está na mesma situação. Depende de cada um também”.

Há dois objetivos na produção do assentamento: a de autoconsumo, para a alimentação das famílias, e a voltada para o mercado. Ambas ocorrem de forma simultânea e combinada. Assim, o assentado produz tanto para sua subsistência como para o mercado com o excedente de sua

produção, ou produz em seu lote produtos que atente a sua própria família através da horta, pomar, criação de animais e para o mercado como soja e feijão que atendem a sua necessidade e o que sobra é comercializado. A produção de subsistência atende diretamente as necessidades da família nos lotes e também a comercialização para agregar renda a estas famílias.

D. M. (2010) destacou que tem em seu lote “um pouco de pasto com umas vaquinhas de leite, soja, milho... Tem também um pedaço para pomar, horta e as miudezas. A gente já plantou trigo, feijão, batata doce e abobora”. Há assentados que conseguem chegar a acumulação, outros somente produzem para subsistência sem conseguirem acumular o suficiente para uma vida satisfatória e de melhor qualidade. Isso ocorre pelas condições dos lotes, distancia das estradas para o escoamento, como comenta V. B. (2010): “[...] tem gente que tem facilidade com água que é na baixada, mas aí não tem estrada”. Pode-se mencionar até a acumulação anterior, onde alguns assentados já tinham maquinários e reservas e outros foram assentados totalmente desprovidos da estrutura necessária e continuam sem. Nesta mesma perspectiva, há aqueles que têm como resultado a inviabilidade do seu lote. Cada lote tem sua própria dinâmica no contexto econômico e local, com alguns assentados que mal têm conseguido se sustentar. Como frisou J. M. (2010) “tem gente que ganhou o lote, está no lote, mas está na mesma situação”.

Os assentados, ao produzirem na lógica da acumulação capitalista, ficam a mercê do mercado, por entregar sua mercadoria a preços que não levam em conta as condições de produção, apenas o resultado final. Pelas dificuldades com o tipo de solo ou falta de estrutura, muitos assentamentos têm encontrado dificuldades para manutenção de sua viabilidade econômica.

Em meio às dificuldades, a produção tem ocorrido para atender o mercado e também para atender a subsistência ocorrendo de diferentes formas, desde as tradicionais até as formas de produção mecanizada. Assim, há territorialidades e temporalidades diferenciadas que se fazem presentes. O MST tem o projeto pautado na agroecologia e na produção que se organiza de forma coletiva através das cooperativas, como o caso da Cooperativa de Comercialização Camponesa do Vale do Ivaí – COCAVI, no 08 de Abril. Entretanto, como já mencionado, a produção ocorre de forma individualizada e de diferentes formas, dependendo do grau de acumulação do assentado.

As famílias assentadas têm a expectativa de uma vida melhor no assentamento, e essa expectativa se expressa a partir de uma casa melhor, de aparelhos eletrodomésticos, de energia elétrica, água encanada, de insumos e implementos para produzir. Desta forma se apresenta o processo relacional econômico produtor de territorialidade no 08 de Abril, a partir das trocas que ocorrem em seu interior e por diferentes ações como as orientadas pelo MST e as táticas do Mercado. Isso pode ser verificado também a partir do que é produzido no Assentamento.

A Cooperativa de Comercialização Camponesa do Vale do Ivaí – COCAVI, no momento,

tem organizado a produção dos assentados para entrega de produtos diversificados como abacate, abóbora, arroz, feijão, hortaliças etc., para atender entidades do município de Jardim Alegre. E também tem organizado a produção de leite, empacotamento de feijão e a produção de açúcar mascavo, agregando valor aos produtos.

Torna-se explícito, assim, que a produção do assentamento está voltada à produção de alimentos, em contraposição à produção que se fundamenta exclusivamente na monocultura, para a exportação, isto não quer dizer que ela não ocorra também. Da mesma forma que os assentados produzem alimentos para o mercado, esses alimentos também são utilizados para subsistência da própria família que está no lote.

A produção do assentamento se constrói através de uma conjuntura de elementos e fatores que se processam através de uma conflitualidade. Essa organização produtiva em seu interior constitui territorialidades. Estas territorialidades são resultados da apropriação do espaço pelo MST, através dos assentados que o produziram a partir das orientações deste movimento. O MST trabalha em favor de uma agricultura de subsistência das famílias com o uso da mão-de-obra familiar e que atenda principalmente a produção de alimentos, contrapondo à produção que tem o único objetivo de atender ao mercado. Neste contexto, o mercado se insere no assentamento através das variadas formas de pressão e consumo, atraindo assentados para a produção voltada ao mercado, como o plantio de soja.

O mercado e o MST travam uma disputa na forma de uso deste território, onde o primeiro entra com a oferta de insumos, sementes e implementos e a atração a uma produção que dê rendimentos. Por outro lado o MST, pela estrutura social criada no assentamento, oferece a oportunidade de organização por meio de cooperativas, como o caso da COCAVI e de uma organização em rede para melhor negociar seus produtos e enfrentar as táticas do mercado e da mesma forma se inserir neste de uma forma mais justa.

Além de poder utilizar a estrutura social do MST para a organização da produção e sua comercialização, o movimento oferece alternativas da produção para a subsistência com o uso da terra para a produção de alimentos para a própria família. A partir destas reflexões é inevitável destacar que o MST e o assentamento têm uma ideologia que se pauta no coletivismo e que funciona muito bem no enfrentamento e como forma de pressionar o Estado para a necessidade da reforma agrária. Por outro lado, o mercado utiliza suas táticas e o sistema é eficiente na sua atuação. Nesse aspecto, é evidente que a luta continua após a conquista da terra para a resistência dessas famílias, para que o assentamento não se torne um exemplo da inviabilidade da reforma agrária por meio de seu fracasso econômico.

A organização política de resistência do MST atua na produção dos assentamentos e entra

em conflitualidade com o mercado, no embate da apropriação do espaço para sua territorialização que pode levar à espoliação dos assentados. O assentamento se produz por uma lógica capitalista na produção de seus lotes, porém, com a proteção que a organização política dos tempos de enfretamento lhe oferece. É necessário ressaltar que a partir das leituras realizadas o Assentamento é reflexo de diferentes ações e que há vários modelos envolvidos, como os fundamentados no coletivismo (MST) e os fundamentados na liberdade de mercado que representam diferentes interesses. Os assentados têm que se utilizar de ambos, buscando conciliar e contrapor para sua sobrevivência e para melhoria das condições de vida. Os modelos utilizados de forma doutrinária de nada servem se escravizam o homem e sustentam estruturas que se tornam dominantes para manter poucos privilegiados.

O MST é um exemplo de mudança com a práxis de acordo com as necessidades que surgiram em sua trajetória. É um movimento social que se sustenta em correntes marxistas, porém não dogmático, quando encara a necessidade de se integrar ao mercado através de cooperativas para possibilitar melhores condições de vida aos seus assentados. Ainda pode ser mencionada a capacidade de se adaptar a globalização, se integrando a Via Campesina ou fazendo enfretamento às políticas neoliberais.

O Assentamento, em sua organização econômica, reflete as diferentes correntes que se relacionam em seu interior, sendo que as várias ações elencadas representam os processos e elementos produtores de estruturas territoriais.

### **2.3 O processo relacional político no 08 de Abril**

A organização política do Assentamento 08 de Abril segue os padrões do MST, os quais já foram moldados no período de acampamento. O MST se apresenta, nesse sentido, como uma macroterritorialidade que apresenta um papel homogeneizador na apropriação de espaços para a territorialização dos assentamentos. Já o assentamento se configura como uma microterritorialidade que acontece a partir de suas próprias manifestações, porém, ela é influenciada pelas macroterritorialidades, em um processo de correlação do MST, do Estado e do Mercado como supra mencionado neste trabalho.

O assentamento não se produz apenas pelos assentados e sim pela correlação de poderes que está envolvido na constituição de um sistema com vários elementos e variantes, que produz as territorialidades e o seu território. Neste sentido, destacar a territorialidade do Assentamento 08 de Abril sem mencionar o MST na sua constituição, não é possível, sendo que toda organização política interna do assentamento está estruturada de acordo com as diretrizes do MST. O Estado

também se insere na produção das territorialidades por meio de uma conjugação de forças, assim como no modelo: **Estado x MST x Mercado = Assentamento**. Estes elementos estão presentes em todos os assentamentos, porém, em cada um deles ocorre de diferentes formas. Tem assentamento em que não há a atuação do MST e o papel do Estado é mais forte e assentamentos em que a atuação do MST é predominante, alterando-se de local para local.

O Estado exerce influência sobre o território que controla, por meio de um sistema de “conexões e redes”, produzindo o espaço em correlação com outros atores, como proposto nesse trabalho. O mercado, entendido aqui como a iniciativa privada pautada no sistema capitalista que se sustenta através da oferta e procura nos preceitos liberais. Assim há uma “[...] integração do Estado político com a sociedade civil, [...] (BOBBIO. et al. , 2009. P 401)”. O mercado dita a manutenção da subsistência das famílias, pois o sistema produtivo impõe normas que influenciam as características que terá cada assentamento, havendo uma contradição entre modelo capitalista e a ideologia do MST.

A organização do Estado está presente nos assentamentos através de toda a organização presente de forma macroterritorial. O Estado está nos serviços básicos de toda a organização da sociedade, e no assentamento não é diferente, sendo responsável na produção do espaço, como na readequação de estradas, construção de casas, instalação de energia elétrica e toda a criação de uma infraestrutura que se produz em conjunto das necessidades dos assentados e da cobrança do MST, a partir da coordenação do assentamento.

A estrutura de Estado se faz presente no assentamento também a partir das instituições, como a prefeitura do município de Jardim Alegre e outros órgãos públicos e autarquias, representantes dos governos federal e estadual. Através da atuação, conflitos e contradições entre estes órgãos públicos, o assentamento e o MST é possível compreender a produção da territorialidade do Assentamento 08 de Abril, sendo este o “Ambiente social (SO)” que, segundo Raffestin (2009), atua na produção de um sistema, sendo uma das variáveis inclusas no modelo de representação da produção territorial.

O “ambiente social (SO)” do assentamento é formado, como já mencionado, pela correlação **Estado x MST x Mercado = Assentamento**. Esta correlação ocorre pela atuação conjunta, contradições e conflitos que produzem o Assentamento 08 de Abril. A partir desta correlação, o ambiente social pode ser interpretado como na atuação dos assentados em eleições, na organização do assentamento, nos núcleos, nas brigadas e também pela ação do Estado nas mais variadas formas.

O assentamento, internamente, está estruturado em torno das diretrizes do MST, organizado em núcleos de produção ou núcleos de base e em brigadas. Essa organização possibilita



a participação dos assentados nas decisões a partir dos núcleos e das brigadas. Com isso é possível discutir as diversas situações coletivas do assentamento, a partir de cada núcleo que tem seu representante cuja discussão é encaminhada para as respectivas brigadas. Ainda há as reuniões da coordenação com 59 coordenadores, sendo um coordenador de cada núcleo e, ainda, há a direção, que é formada por 22 dirigentes, sendo um casal de assentados para cada brigada do assentamento.

Há, também, as assembleias formadas pela instância de decisão máxima em que todos participam. Existem ainda os setores de saúde, educação, segurança, cultura e outros, que são responsáveis pela organização de áreas específicas no assentamento. Por exemplo, o coordenador do setor da educação participa de reuniões da escola levando as informações às reuniões da direção do assentamento e também encaminha algumas diretrizes do assentamento à direção das escolas.

Com o processo de discussão de informação que ocorre entre as várias instâncias que estão organizadas no assentamento é possível mantê-lo coeso.

No estado do Paraná há um agrupamento de assentamentos do MST que forma em torno de 32 brigadas estaduais de acordo com informações de um dos dirigentes do assentamento. As brigadas estaduais não representam exatamente um assentamento e sim uma brigada formada por 557 famílias. O assentamento 08 de Abril forma uma brigada, pelo seu tamanho e número de assentados, porém há regiões do estado que são necessários três assentamentos para formar uma brigada.

Na política do município, no estado e até no país os assentados e a coordenação demonstra uma simpatia pelo PT, ou outros partidos que se declaram de esquerda. Os assentados do 08 de Abril são eleitores do município de Jardim Alegre e contribuem fortemente para as decisões das eleições, pois contam com aproximadamente 2000 eleitores.

Para a regularização dos títulos de eleitor, no período de acampamento, era necessário um comprovante de residência e como não havia ocorrido a regularização do assentamento, não havia como conseguir o comprovante. Depois de algum tempo com a apresentação do comprovante de pagamento de energia elétrica e a retirada na prefeitura do talão de nota do produtor para cada acampado foi possível regularizar a situação eleitoral de todos, podendo, inclusive, participar da eleição municipal em 2004.

Neste mesmo ano a conjuntura política de Jardim Alegre levou à formação de dois grupos políticos: um encabeçado por Natal de Souza André (DEM) e outro por Mauro Oriani (PT). Nessa eleição a direção do assentamento optou por apoiar o candidato Mauro Oriani (PT).

Em relação ao posicionamento político ideológico D. M. (2010) ressaltou que não vota pelo partido e sim pelas propostas que melhor se adaptam à realidade do assentamento. Já V. B. (2010) destaca que há um comprometimento maior com o PT que apresenta maior afinidade com o

movimento.

Através de alguns diálogos constatou-se que a coordenação não fecharia apoio a um candidato que está alinhado com grupos conservadores e de posicionamento ideológicos alinhados à direita, isto pelo direcionamento e formação de base que receberam do MST. Nessa eleição esta posição esteve presente no embate entre DEM (Democratas) e PT (Partido dos Trabalhadores) que, inclusive o DEM, conforme relatos, não era nem recebido no assentamento. Neste período, os assentados não estavam distribuídos nos lotes, mas sim agrupados na sede da antiga fazenda e traziam consigo o receio em relação aos que eram de fora do assentamento e a grupos que se mostravam contrários ao MST. O DEM nacional carrega uma ideologia ligada a grupos reacionários, como grandes corporações, empresário e grandes proprietários rurais, logo os assentados não aceitaram diálogo com o grupo deste partido de Jardim Alegre. Conforme Rech (2011) não se tratava do candidato A ou B e sim da linha partidária de cada candidato e naturalmente os assentados fariam a opção por grupos de esquerda. “Na época, era bem mais fechado, só recebiam partido de esquerda, não se trata de ser a Neuza ou o Natal, era a linha partidária que tinha que ser de esquerda. Naturalmente eles são alinhados com o PT, e isso no Brasil inteiro” (RECH, 2011).

O assentado V. B. (2010) falou sobre o processo eleitoral no assentamento dizendo que as lideranças tomam a decisão sobre quem apóia em discussão com os núcleos e brigadas de acordo com propostas que estejam alinhadas com as necessidades do assentamento, porém, não há obrigatoriedade dos assentados votarem no candidato da direção. No período eleitoral há um diálogo com os candidatos, porém, não há abertura para comícios e shows onde só o candidato fala e o eleitor fica ouvindo. Este modelo de campanha não é aceito pela coordenação do assentamento, pois o candidato deve fazer reuniões onde há uma interação com o eleitor.

Com a opção por um candidato, pela direção do movimento, leva a entender que o voto é controlado dentro do assentamento, porém, segundo V. B. (2010) não há obrigatoriedade dos assentados votarem no candidato da coordenação. O que há é um diálogo com os assentados com base nas propostas dos candidatos. Até porque não é proibida a entrada de qualquer candidato no assentamento e nem há como fazer este controle, o que pode acontecer é determinado candidato não ser recebido de forma oficial pela direção do assentamento como ocorreu com a candidatura do DEM, porém, não é proibida ou coibida a entrada de candidatos.

No processo eleitoral de 2004, em Jardim Alegre houve participação maciça e decisiva por parte dos assentados. A maior parte dos assentados, na primeira eleição, optou pela candidatura de Mauro Oriani (PT), conforme a direção apontou e Jardim Alegre elegeu o primeiro prefeito do PT. Houve mudanças na estrutura política municipal com a presença do assentamento em Jardim

Alegre, um município pequeno com uma população em torno de 13.000 habitantes. Há vários traços que podem definir este município como conservador, o que pode ser concluído por vários relatos sobre o entendimento do MST em Jardim Alegre: “Eles chegaram aqui em 1997, 13 anos depois ainda existe este preconceito. No primeiro momento, todo mundo é bandido e que vão levar tudo o que nós temos. É preconceito, quando dizem que roubaram as terras” (RECH, 2011). Jardim Alegre sofreu mudanças com a presença do assentamento, que ocupa aproximadamente metade de sua área territorial e com uma gama de eleitores, que alterou a dinâmica eleitoral e as relações de poder nas eleições.

Embora o prefeito eleito em 2004 fosse do PT e o assentamento tenha contribuído diretamente para que ocorresse sua eleição, os assentados cobraram o atendimento com reivindicações e pressões nos moldes da organização do MST, fechando a prefeitura de Jardim Alegre através de ocupações. O assentamento, neste período, requeria toda uma infraestrutura, com havia estradas precárias e algumas que nem existiam, onde vários assentados se encontravam e alguns ainda estão isolados em seus lotes com a necessidade de construir pontes, melhorar o transporte escolar e outras necessidades. O assentamento era uma fazenda que se caracterizava por um vazio populacional e necessitava desta estrutura para seu funcionamento. Com a distribuição dos lotes, as 557 famílias se espalharam pela área, mesmo sem condições de acesso e infraestrutura básica.

O assentado V. B. (2010) destacou que, no início do mandato do prefeito Oriani (PT), o assentamento não foi levado em conta, até que a organização do 08 de Abril resolveu ocupar a prefeitura em 27 de fevereiro de 2007. Cerca de mil assentados ficaram nos arredores da Prefeitura de Jardim Alegre para reivindicar melhorias nas estradas, para o transporte escolar e para o escoamento da safra. Os principais problemas que os assentados alegaram foram a situação intransitável das três principais vias de acesso do assentamento. Os assentados só deixaram a prefeitura após o prefeito colocar à disposição do assentamento uma patrulha mecanizada, composta por dois caminhões basculantes, uma pá-carregadeira e uma retroescavadeira. V. B. (2010) destacou que até a ocupação da prefeitura o atendimento ao assentamento foi ignorado. “Ele não acreditava que a gente ia ocupar a prefeitura. E a gente falava que o pessoal viria pra prefeitura. Ele achava que a gente não viria. Mas quando ele viu que o pessoal foi e estava disposto a ocupar, ele abriu mão” (V. B., 2010).

A direção e os assentados têm como princípio a participação política como forma de resolver as necessidades coletivas do assentamento. Porém, isso não acaba com a eleição, ela se inicia bem antes das eleições, como mencionado. Eles não tinham o direito de participar das eleições, quando acampados, e depois das eleições a reivindicação, a cobrança e as pressões para o

atendimento das necessidades do assentamento estão presentes como uma prática do movimento.

Para Oriani (2011) a ocupação da prefeitura foi salutar, devido à manifestação ter chamado a atenção de outros órgãos públicos como repartições do governo federal e estadual para as necessidades do assentamento. Ainda destacou que o orçamento da prefeitura é escasso para atender todas as demandas e que apoia o movimento em suas reivindicações e até mesmo encaminhou tais reivindicações a outras esferas do poder. Depois da ocupação da prefeitura a liberação de recursos do INCRA contribuiu para a melhoria das estradas e atendimento de parte das reivindicações.

Na eleição de 2008 a Direção do Assentamento optou pela candidatura do Pe. José Martins, do PTB, tendo como vice a Professora Marilú Rech do PT. Os assentados simpatizavam com a Professora Marilu Rech que sempre manteve um contato mais direto.

O Prefeito Mauro Oriani (PT) não foi para a reeleição e os assentados se diziam sem opção, por não conhecerem o Padre e haver certa rejeição ao nome da candidata Neuza Pessuti (PMDB) conforme alguns relatos de assentados. Optaram pelo apoio a candidatura PTB/PT por serem simpáticos ao PT e a vice Marilú Rech. Segundo Pavan (2011), quem construiu a possibilidade de apoio dos assentados à candidatura do Padre foi a Marilu porque contava com um bom relacionamento com o assentamento

De acordo com Rech (2011), durante a campanha, as reuniões políticas ocorriam através da estrutura organizacional do assentamento, percorrendo as brigadas, conversado com as famílias, em mesas redondas nas quais não somente o candidato falava, mas havia um dialogo entre candidatos e eleitores. A chapa encabeçada pelo PMDB não recebeu a mesma atenção da coordenação do assentamento, porém, foi aberto espaço para que a candidata entrasse no assentamento. Rech (2011) explicou que a coordenação, por fazer a opção pela chapa PTB/PT, não usou a estrutura organizacional para convocar e marcar reuniões para o grupo do PMDB.

Os assentados, na composição PTB/PT, ficaram um pouco divididos, porém, contribuíram com a eleição do Pe. José Martins, levando em conta que nesta eleição a diferença foi de 18 votos e o Pe. José Martins (PTB) venceu a eleição para prefeito. Pavan (2011) mencionou que mesmo dividindo um pouco dos votos, ainda assim o assentamento foi decisivo em favor do Padre: “eu acredito que no assentamento 70% votou no Pe. José Martins. Foi maciço com o prefeito e realmente contribuiu para que o Padre fosse o prefeito”.

Nessa eleição os assentados conseguiram eleger um vereador do assentamento, dos três candidatos pelo PT, sendo eleito Alfredo Flores. Os assentados consideram importante ter um vereador que represente o assentamento na Câmara. Segundo V. B. (2010) mesmo sendo vereador, Alfredo Flores (PT) tem o núcleo em que participa e tem que cumprir seus deveres, assim como todo assentado. Por ser vereador, ele tem abertura para participar em todas as reuniões para

informar a coordenação do assentamento sobre as decisões do município e para levar até a câmara a posição do assentamento em diferentes situações. V. B. (2010) destaca que Alfredo Flores não é tratado diferente por ser vereador e ele tem um papel no assentamento como qualquer outro assentado.

Os assentados se demonstram participativos em relação a vários setores do assentamento e nas reivindicações. Da mesma forma que ocorreu no mandato do Prefeito Oriani, os assentados reagiram contra algumas medidas da administração do Pe. José Martins (PTB) e ocuparam a Prefeitura novamente no dia 1 de fevereiro de 2010. Segundo Rech (2011), o Padre tem atendido o assentamento da mesma forma que atende o restante do município. De acordo com V. B. (2010) o Padre não acreditava que realmente iriam ocupar a prefeitura, mesmo sendo alertado pela vice Marilu (PT), que tem uma maior afinidade com o assentamento. Não foi levado em conta o aviso e a ocupação ocorreu.

Para Pavan (2011) é necessário manter um diálogo junto aos assentados, através da coordenação do assentamento, para que os processos de decisão sejam tomados em conjunto com o poder público. Atender o assentamento de forma rígida e sem levar em conta as especificidades desta comunidade compromete este diferencial que ela possui e gera conflitos. Estes conflitos, porém, do ponto de vista dos assentados, são importantes por demonstrar a sua capacidade de mobilização e articulação para as reivindicações necessárias.

Para alguns moradores de Jardim Alegre estes conflitos perturbam a ordem e as reivindicações para melhorias no assentamento incomodam, alegam que as exigências dos assentados são muitas, diante das possibilidades do município.

Para a professora S. L. (2011), quando os assentados começaram a fazer manifestações e até ocupar a prefeitura havia uma rejeição muito grande, mas era necessário a cobrança dos assentados. Segundo S. L. (2011) ainda seria importante que a sociedade em geral se organizasse para que houvesse uma cobrança da mesma forma que o MST faz para reivindicar as necessidades como educação, saúde e moradia. “Eles tentam conseguir pelo diálogo, não conseguem, partem para esse lado. Eles vieram pacificamente, ocuparam, não quebraram nada. Se todo mundo fizesse desse jeito iria melhorar, haveria uma mudança” (S. L., 2011). Para S. L. (2011) a vitória nas eleições do Pe. José Martins ocorreu graças aos assentados e destaca que, pela organização do assentamento, as eleições municipais podem ser influenciadas. Porém, pode ocorrer uma rejeição ao candidato que receber apoio do assentamento por parte de algumas pessoas de Jardim Alegre. Segundo S. Y. a rejeição é muito grande em relação ao assentamento e a população da cidade dificilmente votaria em um candidato apoiado por eles. Apesar da organização, a coordenação não exerce tanto poder sobre os assentados e os resultados das eleições já não são influenciados como antes. Rech (2011),

afirma que existe um peso do assentamento para as eleições municipais, mas há uma rejeição por parte de algumas pessoas pelo preconceito que têm da ideologia e organização do assentamento e grupos de esquerda em Jardim Alegre. “O peso do PT em Jardim Alegre se deve ao assentamento, porém, há uma rejeição por parte de algumas pessoas que sabem que há uma ligação entre o PT e o assentamento” (RECH, 2011).

Pavan (2011), destaca que as pessoas não têm uma perspectiva e uma formação social para compreender a realidade do assentamento. O assentamento requer toda uma estrutura. Essa é a razão das manifestações e da cobrança que muitos dizem ser exagerada por parte dos assentados. Pavan (2011) ainda lamenta pelas pessoas que não compreendem que os assentados realmente estão trabalhando e produzindo.

A organização social do assentamento é reflexo da macroestrutura do MST que se estruturou em quase todo território brasileiro e também influencia o espaço apropriado pelo “08 de Abril”. Nesse aspecto, a organização política do MST e sua correlação com as estruturas políticas regionais que envolve o assentamento produziram territorialidades. Estas territorialidades se caracterizam com a organização em brigadas e setores, que estruturam o assentamento social e politicamente de forma interna. Esta organização interna permite a articulação de uma política de enfrentamento e reivindicações em torno das necessidades do assentamento. Mobilizações que se expressam a partir de diferentes campos como a mobilização e a ocupação de prédios públicos que os assentados já promoveram várias vezes na Prefeitura de Jardim Alegre e até no núcleo Regional de Educação de Ivaiporã.

A organização e a expressão massiva do assentamento têm influenciado as estruturas de poder no município de Jardim Alegre por meio dos enfrentamentos. Esses enfrentamentos estão presentes na expansão das ideologias do assentamento que ocorrem inclusive nas eleições na tentativa de eleger representantes do 08 de Abril para a Câmara de vereadores e para a Prefeitura. Por meio das eleições municipais, a estrutura organizacional do assentamento tem utilizado a quantidade expressiva de assentados para fazer valer a expressão e o direcionamento do assentamento nas diretrizes do MST.

Dessa forma, apresentam-se como territorialidade política do assentamento o direcionamento de esquerda e uma organização pautada na coletividade que se desdobra em alianças com o Partido dos Trabalhadores em Jardim Alegre, partido que só ganhou expressão no município após a presença dos assentados na condição de eleitores do município. É necessário lembrar ainda que a participação direta dos assentados nas eleições é uma etapa considerada importante, porém, a cobrança se faz presente após os embates eleitorais.

A expressão política do assentamento se dá pela fidelidade dos assentados e também pela

organização e estratégia que são frutos do período de mobilização para a conquista da terra. Esta expressão é também geradora de conflitos e principalmente na cidade de Jardim Alegre onde pessoas que têm uma posição radicalmente contra ao assentamento e a ideologia política do MST.

A territorialidade política do assentamento não ocorre apenas por meio da orientação do MST, como em outras discussões, ela sofre influência de atores econômicos e públicos. Assim, o Mercado e o Estado estão presentes junto ao assentamento, organizando-o politicamente a partir de suas perspectivas, assim como faz o MST. O mercado atua no desarranjo político que o MST constrói em torno da coletividade, já que o sistema se estrutura a partir de uma produção individualista. Atua também na desagregação do assentado que tem que se adaptar à forma de produção capitalista e corre o risco de ser tragado por ele. O MST, nessa perspectiva, trabalha para organizar os assentados para o enfrentamento do mercado com a formação de cooperativas, para agregar valor à produção dos assentamentos e negociar valores mais justos. O Estado, da mesma forma, atua no interior do assentamento como na escola, ou na organização do assentamento, em lotes e outras estruturas que são criadas e mantidas pelo poder público no “08 de Abril”. Desta maneira, o MST também faz frente ao poder público, ocupando instituições como a escola.

O assentamento é resultado dessa correlação de forças que produz suas características sociais, que se expressam por meio de sua organização interna, pautada no MST, nas instituições públicas presentes no 08 de Abril, em Jardim Alegre, ou estruturas públicas que influenciam os assentados de forma direta ou indireta. E, ainda, por meio do mercado ou sistema capitalista, que se articula atingindo os assentados de forma individual em seus lotes.

### **3. Considerações finais**

No desenvolvimento desta pesquisa vários questionamentos surgiram a partir dos pressupostos: o que são as territorialidades do 08 de Abril e como são produzidas? Quem produz estas territorialidades? E qual o objetivo de cada ator produtor de territorialidades no assentamento?

Em torno destes questionamentos as primeiras conclusões levaram a dúvidas e a algumas respostas como: as territorialidades são as expressões que ocorrem no interior do assentamento a partir de diferentes ações, sendo materiais e abstratas no cotidiano desse território. Essas territorialidades são produzidas a partir de vários atores e ações e não apenas a partir de um ator hegemônico que atua sobre o espaço. Assim, o espaço do assentamento é produzido a partir do interesse de diferentes atores envolvidos que se unem e se contrapõem na produção do território e de territorialidades. Foi necessário conhecer os atores envolvidos na produção deste território, partindo da ocupação do espaço e dos processos envolvidos em sua constituição.

Com a compra da propriedade pela União, após oito anos de resistência dos acampados na propriedade, uma nova lógica de produção e reprodução se organiza nesse espaço. Nesse aspecto, para compreender como o 08 de Abril se produz sobre o espaço em forma de território e territorialidades, aplicou-se um pouco da teoria de Raffestin (2009) e ainda de uma releitura da teoria de Castells (2008). Parte-se do princípio que o Estado e Mercado são atores que atuam de forma macro sobre o espaço produzindo uma homogeneização por meio de: “L, M, P (trabalho à disposição do ator, mediadores materiais, programa do ator)”, e o MST, da mesma forma, criou uma estrutura macroterritorial que atua na homogeneização dos espaços que têm ação como os acampamentos e assentamentos. É necessário destacar que o MST tem “L, M, P” diferentes do Mercado e do Estado pela sua conjuntura e contexto. O assentamento se caracteriza como uma microestrutura produtor de microterritorialidades que se constroem a partir da correlação e confronto de forças macroterritoriais: **Estado x Mercado x MST = Assentamento**.

Como o assentamento se produz por meio deste processo relacional, ele é único em suas territorialidades, pois cada assentamento se produz a partir das correlações e que pode se alterar pela presença mais forte ou não de um dos atores.

O assentamento caracteriza-se como uma microterritorialidade que recebe a influência de ambos os atores, porém, isso não quer dizer que é uma estrutura passiva, pois auto se organiza e constrói sua própria lógica e territorialidade neste processo. Assim, o assentamento tem sua territorialidade e território como produto de um processo relacional.

A partir destas reflexões destacaram-se algumas “relações” efetivadas sobre o “ambiente geral” do assentamento como a educação, a produção e a organização política. A partir dessas três relações pode-se analisar a correlação de forças entre os atores e a produção de territorialidades do assentamento.

Assim, são territorialidades do 08 de Abril construídas por meio da correlação de vários atores e um processo relacional sobre o ambiente: a organização coletiva, resistência e mobilização desta organização, que atua em diferentes campos como nas eleições, ocupações de prédios públicos, como ocorreu com na Prefeitura de Jardim Alegre. Esta organização influencia também a produção, sendo responsável pela criação da COCAVI e articulação dos assentados na sua viabilidade para lidar com o mercado e subsistência das famílias para que o assentamento não se desarticule. Na educação, a organização política do assentamento tem trabalhado para que seus filhos sejam atendidos para uma formação voltada ao campo e para que a escola se produza a partir da participação dos assentados nas decisões na auto-gestão da escola, o que tem gerado conflitos.

Dessa forma, o assentamento funciona, por meio da articulação de sua organização política, nos diferentes processos relacionais que ocorrem no seu interior, como produtor das



territorialidades que são os frutos deste processo de confrontação e correlação de interesses do Mercado x Estado x MST = Assentamento.

#### 4. Referências

BOBBIO, Norbert. *et al. Dicionário de política*. Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial, 13ªed, 2009.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 530p.

CURY, Mauro Jose Ferreira. Territorialidades transfronteiriças: as interconexões socioambientais, econômicas, políticas e culturais na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). In : *Evento internacional de Geografia Política e transfronteiriço*. Foz do Iguaçu, 2011.

COTRARA. *PDA: Plano de Desenvolvimento de Assentamento do Oito de Abril*. Santa Maria do Oeste – PR. 2006.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 a.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e perspectivas do território. In: *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004 b.

\_\_\_\_\_. *Territórios Alternativos*. 2ª ed. Contexto. São Paulo, 2006.

MARTINS, Fernando José. *Gestão Democrática e ocupação da escola: o MST e a educação*. Porto Alegre: EST, 2004.

MUSCARÁ, Luca. A Heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático. In: *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p17- 35.

\_\_\_\_\_. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2ªed. 2010.

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

#### ENTREVISTAS CITADAS

D.M. *legalização e produção do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre-PR, 2 de fevereiro de 2010. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

GAFFO, Rosemeire Aparecida. *A educação no Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre 4 de Janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

J.M. *A ocupação do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre-PR, 2 de fevereiro de 2010. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

ORIANI, Mauro. *Organização politico- social do Assentamento 8 de Abril*. Jardim Alegre, 18 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

PAVAN, Niusa. *Educação Municipal do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre, 11 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

RECH, Marilu. *O Assentamento e as eleições de Jardim Alegre*. Jardim Alegre, 3 de Janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

S.F. *A educação do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre, 4 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

S.L. *A educação do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre, 4 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

S.Y. *A educação do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre, 5 de janeiro de 2011. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

V.B. *Política e organização do Assentamento 08 de Abril*. Jardim Alegre-PR, 2 de fevereiro de 2010. Entrevista concedida a Cleiton Costa Denez.

Recebido em: janeiro de 2012

Aceito para publicação em: agosto de 2012